



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

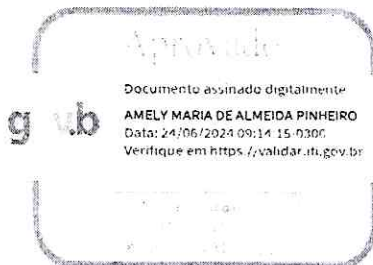
Processo Licitatório nº.: 055/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº.: 036/2024

Procedimento: Registro de Preços nº.: 027/2024

Fiscal da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada Secretaria

Gestor da Ata de Registro de Preços: Correspondente a cada Secretaria



Por esta Ata de Registro de Preços, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 18.602.060/0001-40, sediada na Praça Doutor Castilho, nº 10, Centro, em Presidente Olegário - MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86, residente em Presidente Olegário - MG, doravante denominado

CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa **ARCEPATOS DISTRIBUIDORA LTDA - ME**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 12.461.122/0001-64 situada na Avenida Trancredo Neves, nº 1482, Bairro Ipanema - PATOS DE MINAS/MG, CEP 38706-509, e-mail arcepatosdistribuidora@yahoo.com.br, telefone 34 3823-1384, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o(a) Sr(a). Carlos Henrique Furlan, inscrito no CPF nº 026.258.456-51, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente ata de registro de preços, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, pelo Decreto Municipal nº 1.497, de 01 de agosto de 2022 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1.1. A presente ata de registro de preços decorre da homologação do Processo Licitatório nº. 055/2024 por meio do Pregão Eletrônico nº. 036/2024 pelo procedimento de Registro de Preços 027/2024 regido, subsidiariamente, pelo disposto na Lei Federal nº. 14.133/2021, e demais normas pertinentes.

1.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, como se nela estivessem transcritos, o Edital da Licitação, o Termo de Referência anexo ao Edital de licitação, a Proposta Comercial apresentada pela **CONTRATADA** e os eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.1. O objeto da presente ata é o **REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO À FUTURA, EVENTUAL E PARCELADA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E OUTROS PARA TODAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. Secretaria Requisitante:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo

Gestora: Nilda Maria de Sousa Borges

Fiscal: Lara Da Silva Pereira

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Gestor: Gilmar Caetano da Silva

Fiscal: Eva Eloisa de Santana Romão

Secretaria Municipal de Saúde

Gestora: Lara Fernandes R. Ribeiro

Fiscal: Maryana Xavier Pereira e Verônica Resende Ferreira e Silva

Secretaria Municipal de Estradas e Transporte

Gestor: Leonardo Santos Araújo

Fiscal: Mateus Araujo de Freitas Junior

Secretaria Municipal de Administração

Gestor: Eugenio Pinheiro de Araújo

ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
ORA
LTDA:12461122000164
Assinado de forma digital por ARCEPATOS DISTRIBUIDORA LTDA:12461122000164
Dados: 2024.06.21 14:32:17 03'00'

[Handwritten signatures]
Eva Eloisa

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

Fiscal: Luciana Cesaria da Silva Souza

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Gestor: Rafael Caetano da Fonseca

Fiscal: Elcio Donizete Fernandes

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Gestora: Paula Dimieve Fernandes Netta

Fiscal: Luciana Conrado dos Santos Silva

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Conforme estabelecido no Edital e/ou Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE

4.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de 12(doze) meses, contados a partir da data de publicação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições do art. 105 da Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS ATIVIDADES DE GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução da Ata devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Ata.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A presente ARP tem o seu valor com o total de **R\$175.347,17** (cento e setenta e cinco mil trezentos e quarenta e sete reais e dezessete centavos), conforme quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
ARCEPATOS DISTRIBUIDORA LTDA - ME						
0001	ABSORVENTE COM ABAS PACOTE COM 8 UNIDADES	isacare	150,0000	PC	2,9500	442,5000
0003	ÁLCOOL GEL 70% ANTISEPTICO	prolink	1.017,0000	GL	27,5000	27.967,5000
0006	AMACIANTE DE ROUPAS 2 LITROS	ecosoap	1.015,0000	UN	5,2500	5.328,7500
0007	ANTISSÉPTICO SPRAY - ALCOOL	premissa	50,0000	CX	99,9900	4.999,5000
0008	APARELHO PARA BARBEAR DESCARTÁVEL	bic	100,0000	PC	5,3800	538,0000
0009	AVENTAL EM NAPA BRANCO +- 1,50M	patos	210,0000	UN	9,7000	2.037,0000
0014	BRILHO ALUMINIO 500 ML	estrela	650,0000	UN	2,6500	1.722,5000

ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
ORA
LTDA:12461
122000164

Assinado de forma digital por ARCEPATOS DISTRIBUIDORA LTDA:12461122000164
Dados: 2024.06.21 14:32:28 -03'00'

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

0016	BUCHA PARA BANHO PRIMEIRA QUALIDADE	porus	2.160,0000	UN	2,1800	4.708,8000
0018	CALÇADO DE SEGURANÇA, TIPO BOTA, NA COR BRANCA, IMPERMEÁVEL, DE USO PROFISSIONAL, CONFECCIONADA EM P	garra	221,0000	PA	51,3000	11.337,3000
0019	CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA PRETO, COM CAPACIDADE PARA SACO DE VINIL DE ATÉ 90 LITROS OU 50 KILOS. TA	bralimpia	5,0000	UN	611,1000	3.055,5000
0020	CERA LIQUIDA AMARELA 750 ML	triex	24,0000	UN	7,5900	182,1600
0028	CREME HIDRATANTE PARA PELE 500 GR FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (ERVA DOCE ...)	skala	240,0000	UN	15,4700	3.712,8000
0030	DESINFETANTE C/2 LITROS	mix plus	414,0000	UN	3,8900	1.610,4600
0032	DESINFETANTE HOSPITALAR A BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E BIGUANIDA CONCENTRADO - DILUIÇÃO 1:200 - D	renko	6,0000	UN	138,3700	830,2200
0033	Desodorante antitranspirante roll-on 50 ml fragrância unisex	skala	150,0000	UN	6,6500	997,5000
0034	DETERGENTE AUTOMOTIVO - GALÃO COM 5 LITROS	ecosolup	72,0000	UN	69,0000	4.968,0000
0035	DETERGENTE DESINCRUSTANTE ALCALINO.	ecoactiv	12,0000	UN	69,0000	828,0000
0036	DETERGENTE LIQUIDO DILUIÇÃO 1:20 - GALÃO COM 5 LITROS	c farma	250,0000	UN	18,6500	4.662,5000

Assinado de
forma digital por
ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
ORA
LTDA:12461
122000164
Dados:
2024.06.21
14:32:40 -03'00'

Eva Elvira

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

0037	DETERGENTE LIQUIDO NEUTRO TRANSPARENTE, TRANSLUCIDO, COMPOSIÇÃO: LINEAR ALQUIL BENZENO SULFONATO DE	start	12,970,0000	UN	1,5800	20.492,6000
0038	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO.	c farma	12,0000	UN	82,4000	988,8000
0039	DISCO DE FIBRA AMARELO PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	betanin	24,0000	UN	26,9000	645,6000
0040	DISCO DE FIBRA AZUL PARA ENCERADEIRA INDUSTRIAL	betanin	24,0000	UN	19,4000	465,6000
0043	ESCOVA DE LAVAR ROUPA BASE DE MADEIRA	polares	78,0000	UN	2,4700	192,6600
0054	FLANELA PARA LIMPEZA 30X40CM	patos	855,0000	UN	1,4300	1.222,6500
0064	HASTE FLEXIVEL DE PLÁSTICO COM ALGODÕES EM SUAS PONTAS C/75 UND	cottom	10,0000	CX	3,9500	39,5000
0065	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - 5 LITROS	c farma	840,0000	UN	7,9900	6.711,6000
0067	ISQUEIRO GRANDE DE BOA QUALIDADE	ckicket	260,0000	UN	7,5000	1.950,0000
0068	LENÇO UMIDECIDO, COMPOSTO DE ÁGUA PURIFICADA, PROPILLENOLICOL, LANOLINA, COCAMIDOPROPIL BETAÍNA, PO	isabey	10,0000	PC	8,9200	89,2000
0070	LIMPA CHAO LIMPEZA PESADA COM 500ML	start	50,0000	UN	5,9000	295,0000
0074	LIXEIRA HOSPITALAR 30LTS	arqplast	50,0000	UN	52,1900	2.609,5000
0075	LIXEIRA HOSPITALAR 50LTS	arqplast	24,0000	UN	113,4800	2.723,5200
0083	MANGUEIRA JARDIM SILICONADA 50 METROS	arquaa	1,0000	UN	139,9500	139,9500
0086	PA COLETORA COM CAIXA	sanches	1,0000	UN	34,8900	34,8900

ARCEPATOS
DISTRIBUIDO
RA
LTDA:124611
22000164

Assinado de forma
digital por
ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:1246112200016
4
Dados: 2024.06.21
14:32:53 -03'00'

Adriana

Adriana

F. - *Eloisa*

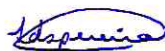
**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

0087	PÁ DE LIXO PLÁSTICA C/ CABO LONGO	polares	229,0000	UN	6,2400	1.428,9600
0100	PENTE GROSSO COM CABO PARA CABELO	escobel	10,0000	UN	2,9000	29,0000
0101	PRENDEDOR EM PLÁSTICO PARA ROUPAS COM 12 UNIDADES	mb	145,0000	DZ	2,4700	358,1500
0105	REFIL MOP ÚMIDO 85% ALGODÃO E 15% POLIÉSTER, COMPATÍVEL COM HASTE EURO. INDICADOS PARA A HIGIENIZAÇÃO	bralimpia	80,0000	UN	27,5000	2.200,0000
0106	RODO 50CM C/ BORRACHA EVA	polares	2,0000	UN	22,9300	45,8600
0107	RODO 65CM	shanches	16,0000	UN	28,3000	452,8000
0108	RODO COM BASE DE PLÁSTICO E BORRACHA DUPLA - 40CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	polares	364,0000	UN	6,3900	2.325,9600
0109	RODO COM BASE DE PLÁSTICO E BORRACHA DUPLA - 60 CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	polares	276,0000	UN	8,9600	2.472,9600
0110	RODO DE ALUMÍNIO COM CABO DE 130CM, BASE DE 40CM	shanches	157,0000	UN	28,8000	4.521,6000
0111	RODO DE ALUMÍNIO COM CABO DE 140CM	shanches	60,0000	UN	31,1500	1.869,0000
0112	RODO DE MADEIRA BORRACHA DUPLA - 60CM COM DURABILIDADE E QUALIDADE	polares	700,0000	UN	8,7500	6.125,0000
0116	SABONETE 11 GRS /BRANCO 1 QUALIDADE	rarus	2.200,0000	UN	0,4900	1.078,0000
0118	SABONETE EM BARRA - 125 GRAMAS	ype	150,0000	UN	3,4900	523,5000
0119	Sabonete em barra infantil	isababy	1.510,0000	UN	2,6900	4.061,9000

ARCEPATOS Assinado de forma digital por
DISTRIBUIDOR ARCEPATOS
ORA DISTRIBUIDORA
LTDA:12461 LTDA:1246112200
122000164 0164
Dados: 2024.06.21 14:33:04 -03'00'

 Eva Elvira

 Idsonia

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

0120	SABONETE LIQ. PEROLADO PERFUMADO 5 LTS COM AÇÃO ANTIBACTERICIDA PRONTO - PARA USO - COM REGISTRO NA	ecosoap	707,0000	GL	15,0000	10.605,0000
0121	SABONETE PARA AS MÃOS	premise	360,0000	UN	11,6500	4.194,0000
0122	SACO BRANCO PARA PANO DE PRATO	cca	20,0000	UN	2,9500	59,0000
0130	SHAMPOO PARA CABELOS NORMAIS 1000ML	f nativa	290,0000	LT	13,5000	3.915,0000
0131	SOBONETEIRA DE PLÁSTICO COM TAMPA, CORES SORTIDAS, MATERIAL PLÁSTICO. DIMENSÕES APROXIMADAS: 12,1 X	nitron	12,0000	UN	5,3800	64,5600
0132	SODA CAUSTICA CONCENTRAÇÃO DE 96 A 99% COM 01 QUILO	iara	5,0000	PC	15,3000	76,5000
0135	SUPORTE DE PLASTICO PARA FIBRAS	ac limp	8,0000	UN	12,0000	96,0000
0136	TAPETE PARA PORTA	patos	34,0000	UN	18,1000	615,4000
0139	VASSOURA DE PELO	polares	364,0000	UN	7,9900	2.908,3600
0140	VASSOURA PARA LAVAR VASO	polares	292,0000	UN	2,9000	846,8000
0141	VASSOURA PIAÇAVA	nobre	452,0000	UN	13,1500	5.943,8000
Total do Fornecedor: 175.347,17						

7.2. Os pagamentos serão realizados pelo Município em até **15 (quinze)** dias após a entrega, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado cumpridas todas as formalidades legais anteriores a este ato, incluídas nestas o atestado de recebimento dos materiais.

7.2.1. O pagamento à contratada somente será realizado mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica e do atestado de aceite pela Secretaria solicitante.

7.2.2. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da conferência, o objeto contratual não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

7.2.3. Havendo erro na nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável pelo recebimento, e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Administração Municipal.

7.3. O pagamento será efetuado através de crédito em conta corrente bancária, devendo o licitante

ARCEPATOS
DISTRIBUIDO
RA
LTDA:124611
22000164

Assinado de forma
digital por
ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:1246112200016
4
Dados: 2024.06.21
14:33:17 -03'00'

[Assinatura]

[Assinatura]



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

vencedor apresentar o número de conta, o banco e a agência junto ao corpo da Nota Fiscal ou em anexo.

- 7.3.1. Em caso de alteração de conta bancária, deverá comunicar, formalmente, à Secretaria Municipal de Fazenda para que seja feita a retificação da conta cadastrada.
- 7.4. Somente serão efetuados pagamentos para as notas fiscais emitidas pelo participante do processo licitatório, ou seja, mesmo CNPJ, sob pena de rescisão de ARP, não sendo admitido pagamento para outrem através de procuração (Decreto Municipal nº 987 de 14 de junho de 2017 e de acordo com o protocolo ICMS 19/2011 da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais).
- 7.5. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município de Presidente Olegário plena, geral e irrevogável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.
- 7.6. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da contratada.
- 7.7. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação, obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade.
- 7.8. A CONTRATADA deverá fornecer junto à Nota Fiscal, comprovantes de quitação das obrigações trabalhistas, FGTS e previdenciárias, referentes ao mês anterior, a emissão da Nota Fiscal deverá obedecer aos recolhimentos/retenções de acordo com a lei vigente.
- 7.9. A critério da Administração, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da contratada.
- 7.10. O Município de Presidente Olegário, no ato dos pagamentos, realizará as retenções tributárias devidas, inclusive retenção do Imposto de Renda, nos termos da IN RFB nº 1.234/12, do Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023.
- 7.10.1. Compete exclusivamente aos fornecedores analisarem o disposto na IN RFB 1.234/12, no Decreto Municipal nº 1.669 de 27 de julho de 2023 com vistas a requererem eventuais imunidades, isenções ou não incidência da retenção do Imposto de Renda.

8.1. Do reajuste:

- 8.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, no limite de apresentação da proposta.
- 8.1.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **índice INPC**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 8.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 8.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 8.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.2. Do reequilíbrio:

- 8.2.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto,

Assinado de
forma digital por
ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
ORA
LTDA:12461
122000164
Data:
2024.06.21
14:33:20 -03'00'



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da ARP, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, os valores constantes desta cláusula serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do produto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

8.2.2. O reequilíbrio econômico-financeiro da ARP ocorrerá, ainda, quando da redução dos custos.

8.2.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.2.4. Incumbirá ao interessado a iniciativa e o encargo de manifestar interesse, assim bem como, apresentar o cálculo minucioso do reequilíbrio econômico-financeiro a ser aprovado pela CONTRATANTE, juntando o respectivo memorial de cálculo e as demais provas que se fizerem necessárias.

8.2.5. Para a justa concessão de reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATADA deve apresentar Notas Fiscais que demonstrem o desequilíbrio da ARP, sendo, no mínimo, uma NF com Data Emissão próxima a data da última proposta da contratada e uma NF com Data Emissão atualizada, indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item, indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

8.2.6. Somente serão consideradas as solicitações de revisão dos preços, aquelas que tenham concluído o prazo mínimo da proposta, mantenham a margem de lucro estabelecida na assinatura da ARP, não ultrapassem a média dos preços encontrados no mercado em geral, que a ARP esteja vigente e ainda possua saldo.

8.2.7. Sem a apresentação das informações indicadas nos itens “8.2.5” e “8.2.6”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

8.2.8. O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

8.2.9. O MUNICÍPIO e o CONTRATADO poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da ARP, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21, por repactuação precedida de demonstração do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação dos preços e tendo sempre como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

8.2.10. A simples apresentação de notas fiscais de aquisição, por si só, não justificará a concessão de reequilíbrio contratual.

8.2.11. Se for o caso, incube a Administração, como fiscal da ARP e por se tratar de tarefa Administrativa, verificar a correção da planilha de custos reequilibrada apresentada pela requerente, em confronto com a Planilha apresentada na proposta, por meio de servidor com conhecimento técnico ou setor competente, se ocorreu a efetiva repercussão dos eventos discriminados no pedido pela forma da Lei, assim, contemplando corretamente os custos que realmente tiveram os fatos comprovados e a partir de que data ocorreu.

8.2.12. O reequilíbrio econômico-financeiro do objeto desta licitação será analisado e processado em conformidade com a Lei nº 14.133/21. Cabe a CONTRATADA apresentar

ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:12461122
000164

Assinado de forma
digital por ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:12461122000164
Dados: 2024.06.21
14:33:39 -03'00'

cl



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

documentos (originais, autenticados em cartório, ou autenticados por servidor) que justifiquem e comprovem o pedido de reequilíbrio.

8.2.13. Os valores constantes da ARP serão ajustados na proporção da alteração que houver nos preços do objeto, precedido da demonstração do aumento dos custos, os quais poderão ser comprovados com documentos fiscais, contratos, convenções coletivas, na devida proporção do reflexo na formação da planilha de preço e compatibilidade com os valores de mercado.

9.1. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ARP e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e nesta ARP;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução da ARP e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente ARP;

9.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e nesta ARP;

9.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente ARP, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.9. A Administração terá o prazo de 01 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 mês.

9.1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ARP, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Além das obrigações estabelecidas no Termo de Referência, são obrigações da CONTRATADA:

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desta ARP e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

ARCEPATOS Assinado de
forma digital por
DISTRIBUID ARCEPATOS
ORA DISTRIBUIDORA
LTDA:1246112200
LTDA:12461 0164
122000164 Dados: 2024.06.21
14:33:51 -03'00'



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 - www.po.mg.gov.br - contratos@po.mg.gov.br

- 9.2.5.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da ARP ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.2.6.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.8.** O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da ARP, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 9.2.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da ARP;
- 9.2.10.** Comunicar ao Fiscal da ARP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.12.** Manter durante toda a vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.2.13.** Cumprir, durante todo o período de execução da ARP, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.14.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da ARP, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.2.15.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da ARP;
- 9.2.16.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 9.2.17.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.2.18.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas desta ARP, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.19.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

ARCEPATOS Assinado de forma
digital por
DISTRIBUIDORA ARCEPATOS
ORA DISTRIBUIDORA
LTDA:1246112200
122000164
Dados: 2024.06.21
14:34:01 -03'00'



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

10.1. Conforme estabelecido no termo de referência.

11.1. Condições de entrega:

11.1.1. Entrega os itens conforme Solicitação da Secretaria Requisitante e definido em NAF no horário das 08h00min às 16h00min, de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, conforme informado a cada emissão de Ordem de Fornecimento.

11.1.2. O prazo de entrega dos produtos será de 08 (oito) dias consecutivos após o recebimento da NAF que será encaminhada para o e-mail informado na Proposta de Preços;

11.1.3. O Município de Presidente Olegário se reserva o direito de não receber os itens licitados em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis.

11.1.4. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, os itens licitados em que se verifiquem irregularidades.

11.1.5. O Fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos itens licitados no ato da entrega, reservando-se ao Município de Presidente Olegário o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

11.1.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas com seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos itens licitados.

11.1.7. O Município recusará os produtos que forem entregues em desconformidade com o previsto neste contrato, termo de referência e proposta;

11.1.8. da entrega do objeto, após conferência de sua conformidade com as especificações do edital e da proposta;

11.1.9. O recebimento definitivo, realizado pelo fiscal do contrato, dar-se-á em até 03 (três) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Contrato.

12.1. Comete **infração** administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I- Der causa à inexecução parcial da ARP;

II- Der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total da ARP;

IV- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V- Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI- Praticar ato fraudulento na execução da ARP;

VII- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes **sancões**:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar e

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:12461122
000164

Assinado de forma
digital por ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:12461122000164
Dados: 2024.06.21
14:34:13 -03'00'



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) As peculiaridades do caso concreto.
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ARP licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. moratória de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado** sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

12.4.1.1 O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção da ARP por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.4.4. compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da ARP, no caso de inexecução total do objeto.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ARP, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.1. A ata de registro de preço do fornecedor será cancelada quando:

13.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços.

13.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

13.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

13.1.4. Sofrer sanção prevista no artigo 156 da Lei 14.133/21.

ARCEPATOS Assinado de forma
DISTRIBUID digital por
ORA ARCEPATOS
LTDA:12461 DISTRIBUIDORA
122000164 0164
Dados: 2024.06.21
14:34:23 -03'00'



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

13.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

13.2.1. por razão de interesse público;

13.2.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

13.2.3. se não houver êxito nas negociações quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente.

14.1. Poderão ser utilizadas qualquer dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024, destinadas ao pagamento do objeto licitado, por ser registro de preços.

14.2. A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2024, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.1. Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta ata, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

ARCEPATOS Assinado de forma
DISTRIBUID digital por
ORA ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:1246112200
0164
Dados: 2024.06.21
14:34:41 -03'00'

 Assinatura

Eva Elvira



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
Praça Dr. Castilho, 10 – Centro – CEP 38750-000 – CNPJ 18.602.060/0001-40
Tel.: (34) 3811-1560 – www.po.mg.gov.br – contratos@po.mg.gov.br

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento.

Presidente Olegário/MG, 19 de junho de 2024.

RHENYS DA SILVA
CAMBRAIA:03482675686

Assinado de forma digital por RHENYS
DA SILVA CAMBRAIA:03482675686
Dados: 2024.06.26 14:15:19 -03'00'

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO


Rhenys da Silva Cambraia
Prefeito Municipal


**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO**

Eugenio Pinheiro de Araújo


LARA FERNANDES RODRIGUES:11889484
9484660 2024.06.24 15:30:16
-03'00'

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Lara Fernandes Rodrigues

 Documento assinado digitalmente
RAFAEL CAETANO DA FONSECA
Data: 25/06/2024 14:41:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO
AMBIENTE**


Rafael Caetano da Fonseca

 Documento assinado digitalmente
NILDA MARIA DE SOUSA BORGES
Data: 26/06/2024 09:45:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
Nilda Maria de Sousa Borges

ARCEPATOS
DISTRIBUIDORA
LTDA:12461122000164
**ARCEPATOS DISTRIBUIDORA LTDA –
ME**


Carlos Henrique Enslan
Documento assinado digitalmente

 **LEONARDO SANTOS ARAUJO**
Data: 25/06/2024 15:24:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESTRADAS
E TRANSPORTES**
Leonardo Santos Araújo

 Documento assinado digitalmente
PAULA DIMIEVE FERNANDES NETTA
Data: 24/06/2024 14:25:19-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Paula Dimieve Fernandes Netta

 Documento assinado digitalmente
GILMAR CAETANO DA SILVA
Data: 25/06/2024 12:13:52-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E
SERVIÇOS PÚBLICOS**
Gilmar Caetano da Silva

TESTEMUNHAS:

I - 
Lara da Silva Pereira - CPF: 081.886.346-38

II - 
Eva Eloisa de Santana Romão - CPF: 059.034.336-00